

APRESENTAÇÃO

Osmar Moreira dos Santos (Pós-Crítica/UNEB)

Antonio Luciano de Andrade Tosta (Universidade do Kansas, EUA)

O Vol.7, n.2, da Revista Pontos de Interrogação, com esse dossiê *Contar com as letras e não apenas números: semiologia da dívida pública do Estado, em regimes capitalista e socialista*, teve como organizadores Osmar Moreira dos Santos (Pós-Crítica/UNEB) e Antonio Luciano de Andrade Tosta (Universidade do Kansas, EUA), além do apoio do editor das revistas Interdisciplinar e Fórum de Identidade, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Carlos Magno Gomes.

Nos 7 artigos, propostos por pesquisadores de várias universidades brasileiras (UEFS, UFBA, UNEB, UNEAL, UFS, UnB, UFRJ), na entrevista, concedida pelo professor de economia Márcio Pochmann (UNICAMP), nas resenhas de livros decisivos e seminais como o *Africa's odious debts: how foreign loans and capital flight bled a continent* (Dívidas odiosas da África: como empréstimos estrangeiros e fuga de capitais sangraram um continente), dos professores de economia da Universidade de Massachusetts em Amherst, Léonce Ndikumana e James K. Boyce, e o *Auditoria cidadã da dívida dos Estados*, da contabilista, administradora e coordenadora nacional da auditoria cidadã da dívida pública do Brasil, Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, assim como no texto de agitação intitulado *Letra combativa: um manifesto contra essa dívida pública do Brasil*, temos, no conjunto, uma verdadeira “bomba semiológica”, capaz de fazer da língua e da literatura um dispositivo para se implodir os segredos desse capital simbólico dos rentistas, bem como para se fazer engajar o campo estatístico (contabilidade, matemática, economia, administração) numa virada cultural a favor de novos roteiros por uma distribuição da riqueza material existente entre esses 2/3 da humanidade, despejados de sua língua, cultura e territórios.

No artigo “Letras entre Clio e Psique: a criatividade e a mitologização do profano”, Aleš *Vrbata*, tcheco, filósofo e historiador, pós-doutorando e bolsista PNPd/CAPES no Programa de Estudos Literários da UEFS, apresenta resultados parciais de pesquisas sobre o funcionamento da lógica discursiva e institucional articulada por intelectuais da extrema direita europeia, emergente no final do século XIX, mas com forte rebatimento no nazifascismo do século XX em todo o mundo, especialmente na América Latina dos nossos dias. O essencial, no gesto desses sujeitos da extrema

direita, é tentar neutralizar o entendimento, a força e a prática do materialismo histórico e dialético, através de uma espécie de mitologização da realidade, sobretudo essa realidade que envolve os trabalhadores e o povo pobre. Primeiro, fazê-los acreditar na superioridade dos valores ocidentais cristãos, induzindo trabalhadores e pobres a apagarem seus próprios valores como bárbaros; segundo, fazer com que todos se integrem a uma grande família, sob o comando do senhor de terras e do direito imemorial e divino, como no antigo regime em que vigoravam as aristocracias absolutistas.

Não é à toa que esses intelectuais, como Pierre Drieu la Rochelle, Lionel Groulx, Charles Maurras, Maurice Barrès, entre outros, vão se apropriar da língua e da literatura para esvaziar o viés de esquerda na política, bem como forçar a emergência de uma aura metafísica e sobrenatural na política de extrema direita. Para esses intelectuais e políticos, de forte influência no meio acadêmico e institucional, se a revolução francesa do final do século XVIII ofereceu à vida política de toda a humanidade os conceitos de igualdade, fraternidade e liberdade, trata-se, então, e principalmente depois da Comuna de Paris e das primeiras internacionais comunistas, de anular os conceitos de igualdade e de liberdade, criando, assim, a perspectiva de apenas uma fraternidade transnacional entre os ricos, a começar pelo bloqueio das ideias de reforma, revolução e romantismo, próprias do mundo anglo-saxônico, e impor, no mundo inteiro, principalmente nos países de influência católica, a lógica do senhor e do escravo reinante no mundo medieval. Ou seja, a criatividade da extrema direita é mover-se por uma lógica que retire do pobre e do trabalhador qualquer referência do seu mundo concreto e que produz a sua miséria, e que o faça acreditar que qualquer luta social, sindical, partidária, revolucionária, é inútil pois, no limite, essas lutas são apenas uma fantasia sobre a apropriação de uma riqueza que não lhes pertence, que pertence a uma classe privilegiada capaz de atestar que tais riquezas encontram-se lavradas em escrituras, criadas pela institucionalidade burguesa, mas que funcionam como se fossem sagradas, indevassáveis, imemoriáveis.

No segundo artigo, “Tensões no espaço público de cidades europeias: processos de despolarização e restrições da cidadania cultural”, Antonio Francisco Zorzo, arquiteto, urbanista, historiador da arquitetura e professor da UFBA, entrevista, em 2016, pesquisadores e ativistas em Roma e Barcelona, acompanha e participa de atos públicos, além de mobilizar uma referência

bibliográfica sobre políticas públicas contemporâneas, constituindo, assim, uma mostra de como está o espírito político concernente à pauta de ocupação do espaço público por uma população urbana e cosmopolita, afirmando ou em busca de sua cidadania cultural.

Os resultados a que chega indicam que o espaço público, a rua, as praças, estão cada vez mais privatizados, seja pela normatização das empresas que ocupam a cidade, seja pela normatização do Estado (prefeituras) que, sob o controle do capital e suas empresas, ocupa o espírito das pessoas. As pessoas, em seus manifestos, podem até fazer barulhos, portar faixas, bandeiras e palavras de ordem, contanto que tudo permaneça como está, em sua perfeita ordem. Atento a essa destruição da capacidade de transformação social da sociedade civil organizada, o artigo conclui que “sem uma nova pedagogia derivada desses conflitos e contra os investimentos neoliberais no esvaziamento da vida pública e do espírito político, corremos um sério risco de extinção da democracia e da cidadania cultural”.

Se a extrema direita, no primeiro artigo, idealiza uma volta ao mundo idílico de valoração da terra e do controle e imposição do sentido de realidade no espírito das pessoas e, no segundo artigo, sob outras máscaras, essa mesma extrema direita privatiza o espaço público das grandes metrópoles, além de criminalizar o gesto político da sociedade civil em suas contestações e lutas por mais direitos e por distribuição da riqueza material e simbólica, agora, nesse artigo intitulado “Práticas de letramentos na educação do campo: O Programa Escola da Terra, em Alagoas”, proposto pelas linguistas e educadoras Sanadia Gama dos Santos (UNEAL) e Mariléia Silva dos Reis (UFS), temos uma outra exigência política do ponto de vista do letramento: primeiro, combater o letramento que constitui nossa subjetividade e, ao mesmo tempo, fazer dobrar esse letramento numa crítica da situação, buscando pautar e superar suas contradições.

A situação a ser pautada, e criticada, é a ordem de despejo linguístico, cultural e territorial imposta a negros, índios e pobres do estado de Alagoas, pelos latifundiários e proprietários de usinas. O projeto Escola da Terra tem claramente três grandes desafios: a) montar, com o conjunto de estudantes multisseriados, um projeto pedagógico que mapeie os mitos que recobrem a sua realidade de exploração e miséria e, depois desse mapa, construir um modo de expressão de suas identidades como sujeitos políticos e de direitos; b) encarar a língua como um instrumento político, sem o qual

nenhum sujeito é capaz de se constituir como tal, e, por força dessa compreensão, abolir qualquer plano de curso, voltado ao trabalho com língua portuguesa, ainda preso às prescrições gramaticais, como se fossem imposições do sistema impondo o que se deva ou não falar nesses espaços públicos de disputa dos sentidos; c) como os latifundiários e proprietários de usinas não brincam, nem estão dispostos a financiar a revolução no campo, por parte de professores e estudantes indígenas e quilombolas, então, o gesto centenário no Brasil, e por parte dessa elite do atraso, é suspender os vínculos de trabalho, mesmo os temporários, e jogar todas as famílias e seus filhos estudantes no êxodo rural: dessa situação, o encontro com o sistema de educação no âmbito dos movimentos sociais, tais como o MST, MTST, entre outros.

Esses desafios, apontados e encarados pelo Projeto Escola da Terra, em Alagoas, se estendidos a todo o Brasil, teremos não só uma proposta de reordenamento de uma gramática da revolução brasileira, mas a abertura de conexões com outras experiências revolucionárias no Brasil e fora dele. Nesse sentido, começemos por situar o artigo “A contribuição dos coletivos Teatro Experimental do Negro e Frente Negra Brasileira para a educação popular e EJA”, da educadora e professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal Bruna Rocha Ferraz e do sociólogo e professor, também, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Gilberto Luiz Lima Barral, e destacar, aqui, uma outra noção e prática da criatividade no âmbito do ação popular, contra, radicalmente, a noção e a prática da criatividade no âmbito da ação liberal ou da extrema direita.

Como se sabe, apesar do mito da democracia racial no Brasil, o povo negro foi escravizado, nesse terrível país da América do Sul, por mais de 350 anos e, quando finalmente foi declarada a abolição da escravatura, em 1888, esse povo que, finalmente, poderia ter sido acolhido pelo Estado e sua elite a fim de elevar-nos a uma civilização diferencial nos trópicos, eis que a elite e o Estado, além de abandonar o povo negro à própria sorte, e sem qualquer política pública de apoio, resolve investir na imigração de estrangeiros brancos e orientais. É nesse limite que emerge a criatividade do povo negro voltada ao teatro experimental e à construção da frente de educação popular. Ou seja, o povo excluído não deve esperar nada das classes endinheiradas e, como contraponto, deve criar e recriar, por suas próprias forças, a semiótica de sua resistência e libertação.

Essa semiótica de resistência e libertação do povo negro no Brasil tem seu ponto de ruptura, no Brasil pós-abolição, a partir dos coletivos Teatro Experimental do Negro e Frente Negra Brasileira, para a educação popular e EJA. A partir do teatro, os coletivos negros esconjuraram o fantasma do branco que perdurava em seu corpo e espírito e, com isso, abriram passagem para um devir negro em todos os âmbitos do espírito e da cultura, e foram além: organizaram, também, assim como na educação do campo, mencionada acima, uma pedagogia de libertação popular através da educação, mesmo que no nível mais elementar, mas com força suficiente para combater o analfabetismo entre jovens e adultos, orientar para os direitos trabalhistas, buscar e afirmar sua produção cultural e artística, e definir códigos de ambivalência para entrar e sair nos ambientes de brancos ou de negros branqueados.

Articulados esses quatro artigos iniciais, pode-se desenhar uma primeira conclusão parcial: a extrema direita, endinheirada, mobiliza conhecimentos para impor e controlar uma noção de realidade mitificada que pode, por sua extensão, controlar os corpos e o espírito do povo trabalhador e pobre, além de proibir e criminalizar a expressão política desses oprimidos na esfera pública, mas o que essa extrema direita sequer imagina, é que a criatividade diferencial e de resistência do oprimido não tem limites: por mais mitificada que seja uma dada realidade, mais o oprimido encontra brechas para entender e descrever a materialidade de sua dor e de sua miséria existencial; por mais controlados e vigiados que estejam corpos e espíritos, mais em si brotam fagulhas de criação e perspectivas de resistência e de liberdade; se a elite endinheirada, quanto mais acumula, mais se perde em sua acumulação, como personagens dos filmes de Mazaroppi, os pobres, em sua miséria extrema, inventam a capoeira, o samba, o futebol, a feijoada, o carnaval e, além de salvar esse Brasil da criação, da alegria e da generosidade, de sua elite escravocrata, burra e entreguista, ainda acumula toda a riqueza cultural como uma espécie de máquina de guerra secreta que, em futuro breve, será ferramenta para expropriar a riqueza material desses expropriadores.

Se o povo pobre trabalhador ou excluído, desde sempre no Brasil, teve que comer o pão que o diabo amassou (consumir sua própria representação deformada pelos sistemas simbólicos criados pelas elites; aprender, nas escolas, aquilo que o domestica e o transforma em animal dócil;

consumir, através de novelas, jornais, revistas, sermões, cultos, etc., aquilo que o envenena e o destrói como sujeito político e de direitos) então parece que só temos duas alternativas, conforme os textos que selecionamos aqui: a) através da escola oficial, e com o apoio de todos os estudantes, desmontar essa massa de textos e refazer o pão bolorento e azedo imposto pela elite do atraso; b) a exemplo de toda a produção do saber engendrada de forma clandestina, autodidática, e feito manual de sobrevivência, construir, entre e com os coletivos de pobres e de trabalhadores, um material pedagógico paralelo, pois não se pode esperar muita coisa do sistema educacional que temos.

É nessa linha que o artigo “Desafios sociopolíticos: ENEM, currículo e práticas de ensino de Língua Portuguesa”, de educadores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), os professores Jairton Mendonça de Jesus, Jaqueline Gomes dos Santos Teles, Sammela Rejane de Jesus Andrade, descreve as contradições do sistema de avaliação do Ensino Médio no Brasil que, visto de perto e esmiuçado por dentro, nem é sistema de avaliação, pois nunca houve rebatimento das consequências dessa avaliação na melhoria do sistema público de ensino, nem é sistema de seleção, considerando que a utilização do ENEM, para os programas diversos do governo federal (acesso aos sistemas de ensino superior, PROUNI, Ciências sem Fronteiras etc.), ainda só beneficia os estudantes com tempo disponível para os estudos no nível médio, sejam os de escola pública, sejam os de escola privada.

Se o ENEM fosse um sistema de avaliação sério e fundado numa exigência de reparação do débito do setor público com os filhos da classe trabalhadora, tal como foi escravizada por quase 400 anos no Brasil, deveria levar em conta seus resultados como ausência de condições para a produção de conhecimento emancipador no âmbito das escolas, a distribuição de material didático alienador e fora da realidade da comunidade estudantil, escravização da categoria docente por seus salários aviltantes e carga horária desumana, além da presença criminosa de milhares de parasitas se apropriando do dinheiro público destinado ao funcionamento da rede escolar em dois turnos. E o que fazer depois desses resultados? Deixá-los de lado e confundir a função do ENEM como instrumento de seleção. E quem será selecionado para o ensino superior e outros programas, a fim de que se continue a cultura da meritocracia? Ou seja, o pensamento político é inviabilizado no momento de decidir e refazer o sistema de avaliação, no âmbito da educação básica, substituindo-o pelo tecnicismo gerencial que,

como sabemos, é um ponto de conexão com todas as instituições voltadas à privatização dos bens públicos e de manutenção do *status quo*.

Ao trazer para a cena principal do texto os principais instrumentos do sistema de avaliação do Ensino Médio e, no âmbito da Língua Portuguesa, os PCNs, PNLD e Matrizes de Referência do Enem, os autores do artigo em pauta não só indicam o quanto os sujeitos políticos envolvidos nesse processo poderiam propor e executar um sistema de avaliação que atendesse a demandas da comunidade escolar (estudantes, pais, educadores, instituições culturais no âmbito mesmo dos bairros, territórios, estados), mas, também o quanto as contradições implicam o seu contrário: além de anulados em seu papel de mediadores entre o capital e o trabalho, esses sujeitos políticos ou ficam subalternos aos gerentes ou funcionam como gerentes da prescrição do estado que, por sua vez, é o gerente maior do capital.

Uma questão de fundo, então, tornada visível, mas não desenvolvida pelo texto, até porque esse não foi o seu objetivo principal, é a de que a lei – que segundo a constituição brasileira de 1988 – garantiria educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, e de acesso a todos os brasileiros, não passa de uma ficção ou pior que isso: a lei não é para todos, mas há aqueles que estão acima da lei, aqueles outros sobre quem se aplica a lei.

É assim que funciona a lógica do mundo sob o comando do homem branco, macho, protestante e anglo-saxônico contra a qual se coloca o artigo “Literatura e performances políticas sobre a violência contra a mulher”, do professor e crítico cultural da UFS Carlos Magno Gomes. Nesse artigo um conjunto de escritoras brasileiras, a exemplo de Lygia Fagundes Telles, Marina Colassanti e Clarice Lispector, pensadas sob um crivo antropológico articulado pelas teóricas Rita Laura Segato e Lia Zanoto Machado, vai ser mostrado como um lugar epistemológico que pauta e desmonta essa lógica falocêntrica.

E as estratégias adotadas por essas escritoras, na leitura de Gomes, são as mais diversas, desde a encenação do macho violento que quer porque quer uma mulher pura e imaculada, como as santas idealizadas pela igreja, não para que essas mulheres sejam respeitadas por um sujeito ético disposto a dramatizar as suas subjetividades masculinas e femininas, inventadas pelos dogmas religiosos e construírem, em conjunto, uma estética da existência compartilhada, mas, pelo contrário, para que elas possam ser assassinadas impunemente. Passando, ainda, pela confusão sistemática, entre a lei

construída por coletivos compostos por homens e mulheres, e a lei supostamente inspirada por Deus e seus interlocutores delirantes, sempre machos, e ávidos pelo poder de gestar os dogmas de Deus na terra, a escrita demolidora dessas escritoras utiliza todas as armas semiológicas disponíveis, até a substituição da mulher santa, destinada à violência e à morte, pela mulher puta, despudorada e sedutora que faz o macho brochar e refugiar-se em seus traumas, quase incontornáveis.

É na literatura, portanto, que a economia de sentidos presentes na lei, construída duramente através do pensamento crítico, democrático e na esfera pública, por homens e mulheres, bem como na economia de sentidos presentes na lei, inventada pela religião e suas revelações e iluminações suspeitas, se abre a uma reviravolta cultural em que o matriarcado, em diferença, substitui o patriarcado e suas múltiplas reproduções do mesmo ou de suas reproduções de uma noção de diferença que não faz nenhuma diferença.

Essa reviravolta cultural expande sua forma no último artigo, intitulado “Sobre literatura, leitores e utopias”, da escritora de textos para crianças e jovens e professora de literatura brasileira e teoria literária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Georgina Martins, para quem todo professor (mas diríamos, também, todo leitor de literatura, todo gestor de bibliotecas escolares e comunitárias, todo político envolvido com políticas culturais para a língua e literatura, todo escritor, enfim) deve criar formas de sedução para que as pessoas entrem no mundo literário e se formem como leitores e ou produtores de sentidos, para irem além e escaparem desse campo de concentração estabelecido pela cultura hegemônica, especialmente essa veiculada pela mídia brasileira e seus sistemas de controle.

O leitor do texto literário não só encontra as chaves de leitura no próprio texto através de sua narrativa, da composição das personagens, dos temas elencados, das tramas interpostas como quebra cabeça ou não, dos valores éticos adotados ou não pelo escritor, narrador ou personagens, mas, igualmente, poderá estabelecer outras chaves de leitura capazes de transformar uma obra de ficção, ou de arte em geral, num texto de psicologia, geografia, história, filosofia, economia política, entre outros, fazendo do leitor um sujeito crítico em potencial. Vale a pena lembrar de cenas de sua memória como leitora pequena e de como já interpelava ou prestava a devida atenção nos estranhos modos de vida da família burguesa, em comparação com os

modos de vida de pobres e trabalhadores, que eram os de sua família, ou ainda, de como ensina a olhar para as interfaces da literatura com a fotografia em que, para se dramatizar a violência do nazismo, bastam as fotos das placas de sinalização “Toaletes”, “Saída”, “Chame o padre” e “Administração”, em vez das portas de ferro, dos fornos das câmaras de gás, das cinzas, cabelos, vestuários e sapatos daquela legião de artistas e comunistas judeus.

É nessa linha da potência do signo literário, posta em movimento por um leitor arguto, crítico e revolucionário, que se pode atravessar o discurso econômico e seus segredos concernentes à dívida pública e seus agentes. Começamos pela entrevista intitulada “Meandros da dívida pública brasileira” concedida à mestrandia de Crítica Cultural da Universidade do Estado do Bahia, Rosiler dos Santos Silva, pelo economista e professor da UNICAMP Marcio Pochmann. Respondendo à questão o que é dívida pública, o professor explica que é a resultante entre o que o Estado arrecada, através dos impostos (receita), e o que ele gasta (despesas), considerando que se as despesas são maiores do que a receita, os entes públicos, o Estado, recorrem a entes privados (empresas, bancos, pessoas) para tomar empréstimos, pagando juros por esses empréstimos. E que isso é recorrente na lógica do capitalismo.

Vale a pena chamar a atenção para duas coisas nessa resposta curta e grossa: a primeira, o conceito de juros e a de reforma fiscal; a segunda, de como vislumbrar a noção de dívida pública do Estado e seu funcionamento sob a lógica do socialismo. Para o primeiro cenário, imaginemos, como nos ensina a literatura policial, um país central, que toma para si a noção do estado do capital enquanto tal, e que empresta a especuladores de toda ordem milhares de milhões a juros iguais a zero, podendo, esses mesmos especuladores emprestarem parte desses milhões a outros países ou entes federados desses países (estados, prefeituras) a juros equivalentes a 10% mensais ou anuais do montante emprestado.

Basta uma noção simples de aritmética, somar, subtrair, multiplicar, dividir, para percebermos que esses especuladores, ao final de um mês, podem receber, sem pagar nenhum imposto por sua movimentação financeira, R\$ 100,00 (cem reais) se emprestou 1.000,00 (mil reais); 1.000,00 (mil reais) se emprestou 10.000,00 (dez mil reais); 10.000,00 (dez mil reais) se emprestou 100.000,00 (cem mil reais); 100.000,00 (cem mil reais) se emprestou 1.000.000,00 (um milhão reais); 1.000.000,00 (um milhão reais) se emprestou 10.000.000,00 (dez milhões de reais); 10.000.000,00 (dez milhões de reais) se

emprestou 100.000.000,00 (cem milhões reais); 100.000.000,00 (cem milhões reais) se emprestou 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Além de ser um soco no estômago de qualquer trabalhador ou da classe trabalhadora, como um todo, a simples existência desses parasitas pendurados no Estado, ao serem isentados desses trilhões que são movimentados sem nenhuma tributação, nem investimento em trabalho produtivo (a criação de empresas e serviços para gerarem empregos), parece estar acontecendo algo muito mais grave nesse sistema de agiotagem internacional: a) o dinheiro emprestado para o Estado serve para financiar empresas privadas, tipo a rede Globo, o Itaú, Bradesco, os latifundiários etc.,) e não no investimento em mais educação, saúde, segurança pública, programas sociais, entre outros, voltados à política pública; b) essa dinheirama toda simplesmente não é emprestada ao Estado, faz-se de conta que sim, através de um dispositivo contábil chamado debênture, aprovado em câmaras de vereadores, assembleias legislativas, congressos nacionais, por parlamentares comprados ou estúpidos e sem nenhum compromisso com o seu mandato. Ou seja, o dinheiro não entra como ativo no caixa da entidade pública, mas conta como débito público.

O que seria, então, fazer uma reforma fiscal considerando esse primeiro cenário? Primeiro, convencer os parlamentares a criarem uma comissão, com mediadores internacionais, para uma auditoria dessa dívida pública em que se projete como resultados alcançados um mapa de quem emprestou quanto, qual o circuito da movimentação financeira engendrada por esse ou aquele empréstimo, quais os rebatimentos desses empréstimos na política pública, quais as instituições envolvidas na gestão e execução desses recursos e qual, de fato, e de forma transparente, é a dívida pública dessa ou daquela nação, desse ou daquele ente federado. Segundo, a reforma fiscal propriamente dita: a) taxar heranças e grandes fortunas; b) diferenciar taxas de impostos para ricos e pobres, considerando faixas de renda e categorias de produtos tributáveis; c) tornar o discurso sobre dívida pública, sua lógica, configuração, e transparência local, matéria para todas as disciplinas em toda rede da escola pública e privada do país ou do conjunto de países da periferia do capital.

Isso daria a dimensão para se vislumbrar a noção de dívida pública do Estado e seu funcionamento sob a lógica do socialismo ou em países em que o Estado estabelece o controle do mercado e seus agiotas. Se suspendermos, por alguns instantes (isso é possível num texto literário e sua

potência polissêmica) a terrível imagem que os intelectuais e instituições capitalistas fazem do mundo socialista (são ditadores, corruptos, sociedade sem democracia, são sistemas diabólicos sem Deus, entre outras infundáveis baboseiras), teríamos essa outra imagem: a) a primeira coisa que uma revolução socialista faz é se apropriar de todas as riquezas produzidas – nós já sabemos por quem tais riquezas foram produzidas – mas tidas como propriedades de bancos e empresas privadas; b) a segunda coisa é colocar a gestão dessa riqueza, agora propriedade do Estado, na mão dos trabalhadores e seus economistas, contadores, administradores, professores etc., que projetarão, de forma planejada, onde e como investir no desenvolvimento igualitário daquela sociedade.

Retomaremos essa questão no fechamento desta apresentação, pois, agora, estamos trazendo para esse debate sobre dívida pública duas resenhas realizadas por dois mestrandos em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Jonathas Martins Nunes e Pollyanna Araújo Carvalho que, respectivamente, encararam os seguintes textos: *Africa's odious debts: how foreign loans and capital flight bled a continent*, dos africanos e professores de economia Léonce Ndikumana e James K. Boyce, da Universidade de Massachusetts em Amherst, EUA; e *Auditoria cidadã da dívida dos Estados*, de autoria de Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, contabilista, administradora e Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados.

Vale destacar, na bela tradução e resenha do livro *Dívidas odiosas da África: como empréstimos estrangeiros e fuga de capitais sangraram um continente*, além da repetição da lógica usada pelo capitalismo, descrita acima, e aplicável ao saqueamento das riquezas materiais de todo o continente africano, por séculos, desde os navios negreiros do século XVI, em que até as pessoas eram feitas de mercadorias, devemos reter, aqui, o seguinte paradoxo: mesmo sem a existência de parque industrial e quase condenada à mera exportadora de *commodities* ou matérias primas para países industrializados ou considerados como plataformas de industrialização, a exemplo da China contemporânea, os países da África estudados, pelos economistas acima mencionados, seriam credores internacionais, e não devedores.

Já a resenha do livro *Auditoria cidadã da dívida dos Estados*, e tratando do Brasil como quinta economia do mundo em 2009, quando eclodiu a crise do capitalismo financeiro contemporâneo, além de repetir, também a

mesma lógica dos empréstimos, descrita acima, vale aqui reter um outro paradoxo: uma potência econômica não se mede por sua capacidade e possibilidade de emancipação da humanidade, a começar pela segurança alimentar dos famintos e pela garantia de políticas públicas que elevem o nível de vida e cultural das populações excluídas, mas, sim, pela violência – através da mídia, do sistema judiciário e das forças armadas – como forma de garantir os privilégios e acumulações financeiras de 6 a 10 famílias que detêm, no caso do Brasil, mais riqueza do que 100 milhões de brasileiros e, com isso, manter pactuada, aquela fraternidade de classe, entre as famílias ricas, demolindo qualquer possibilidade de igualdade e de liberdade, como valores e direitos humanos.

Por fim, o último texto, intitulado *Letra combativa: um manifesto contra essa dívida pública do Brasil*, de autoria de um dos organizadores deste vol. 7, n.2, da Revista Pontos de Interrogação, é, no limite, uma forma de pergunta aos excluídos de capital econômico, cultural, e de relações sociais (SOUZA, 2017), bem como a toda a classe média crítica e solidária a essa legião de oprimidos, se preferimos manter nossa alma sebosa, pactuada com esse estado de coisas, esperando a sopa rala do nazifascismo chegar até nós, ou se vamos nos organizar politicamente, e de todas as formas possíveis e imagináveis, para enxotarmos do Brasil essa corja de parasitas.

Boa leitura a todos/as.

Os organizadores.